



<https://doi.org/10.51880/ho.v27i3.1468>



História Oral, patrimônio e museus: estratégias de salvaguarda do patrimônio marítimo nas Caxinas

Laura Mineiro Teixeira*

ORCID iD 0000-0003-4122-3318

Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Antropologia, Portugal

Resumo: Aliando conceitos e questionamentos presentes nos estudos críticos do patrimônio e da Nova Museologia, este artigo propõe uma reflexão sobre diferentes estratégias de salvaguarda do patrimônio marítimo das Caxinas, comunidade piscatória de Vila do Conde (Portugal). A recente movimentação feita pelo poder público, agentes culturais, acadêmicos e membros da comunidade no sentido da produção coletiva de um museu evidenciou a relevância de um diálogo com a população nas tomadas de decisão acerca da preservação (institucional ou não) dos patrimônios. Reflete-se, por fim, sobre o papel da História Oral aquando da produção de fontes históricas que não apenas podem ser utilizadas para expor os patrimônios imateriais num contexto museológico, como também têm o potencial de suscitar reivindicações e questionamentos dentro de uma comunidade.

Palavras-chave: História Oral. Estudo dos museus. Patrimônio marítimo. Portugal.

Oral History, heritage and museums: strategies for the safeguard of Caxinas' maritime heritage

Abstract: Combining concepts and questions from the critical heritage studies and the New Museology, this article proposes a reflection on different strategies for the safeguard of the maritime heritage of Caxinas, a fishing community located in Vila do Conde (Portugal). The recent actions carried out by public authorities, cultural agents, scholars and members of the community towards the collective conception of a museum have shown the importance of dialoguing with the people during the decision-making processes regarding the safeguard (institutional or not) of heritage sites. Finally, it reflects on the role of Oral History when producing historical sources that not only can be used on the display of the intangible heritage in a museum, but also have the potential for raising demands and questions within a community.

Keywords: Oral History. Museum studies. Maritime heritage. Portugal.

* Doutoranda em Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia pela Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) e mestre em Património Cultural pela Universidade do Minho (UMinho). Bolsista de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) associada ao Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA). E-mail: mnrtrlaura@gmail.com.

Introdução

Este texto é resultado de um processo contínuo. Na verdade, é o resultado de uma malha composta por múltiplos fragmentos acadêmicos e temporais da autora: os estudos da metodologia da História Oral, na graduação em História; do Patrimônio, no mestrado em Patrimônio¹ Cultural; e do trabalho etnográfico que tem sido realizado atualmente, no doutorado, junto da comunidade piscatória das Caxinas, no município de Vila do Conde (distrito do Porto), um dos mais importantes núcleos piscatórios em Portugal (Maia, 2003, p. 8). Na nomenclatura portuguesa, Caxinas é um “lugar” de Vila do Conde, porém, existem muitos elementos sociais, econômicos e culturais que diferenciam caxineiros dos vilacondenses (Maia, 2003).

Com uma população composta por aproximadamente 14.000 habitantes (Vila do Conde, 2016, p. 79) que enfrenta dificuldades socioeconômicas, como um elevado índice de desemprego e analfabetismo ou baixa qualificação escolar (Vila do Conde, 2016, p. 81), Caxinas é conhecida no imaginário lusitano pela relação de sua gente intrinsecamente conectada com os vários momentos da pesca portuguesa desde fins do século XIX, tendo sido a campanha da pesca do bacalhau, promovida durante o Estado Novo (1933-1974), a mais notória. A partir de análise do arquivo digital “Homens e Navios do Bacalhau” do Museu Marítimo de Ílhavo,² constata-se que cerca de 1.143 homens da comunidade participaram do “retorno de Portugal ao mar” encabeçado pela ditadura salazarista.

Em contextos diversos tem-se discutido os usos do passado na construção do presente. A inserção dos estudos da memória no âmbito das Ciências Sociais tem gerado, de certa forma, sua interligação com a História, principalmente no que tange às memórias fortes (Nora, 1993; Traverso, 2012), e uma amplificação de sua relevância na formação identitária de comunidades. Neste artigo, proponho-me a refletir sobre estratégias de “preservação” de uma tradição marítima identificada não somente nas Caxinas, como também em diversas comunidades da Área Metropolitana do Porto (AMP), e exaltada em diferentes contextos. São estratégias de instrumentalização de um passado recente, que podem ser divididas de três formas:

a) o que chamo de *estratégias institucionais*, realizadas a partir de uma perspectiva *top-down*. Neste caso, analiso um projeto de “Recolha do Patrimônio Imaterial da Área Metropolitana do Porto”, iniciado em 2013, cuja proposta era que cada município da AMP sugerisse um tema que representasse uma prática cultural de seus habitantes –

1 Em Portugal, “patrimônio” é escrito com acento agudo. Por este motivo, nos casos em que cito algo específico de Portugal, escrevo, também, desta forma.

2 O arquivo pode ser acessado no endereço eletrônico do Museu. Disponível em: <https://homensenaviosdobacalhau.cm-ilhavo.pt/>. Acesso em: 9 dez. 2024.

práticas essas “que dessem identidade à comunidade e que constituíssem uma tradição”³ – para a realização de um trabalho de recolha e inventariação destas práticas de formas a preservá-las. Neste sentido, levanto alguns questionamentos que se relacionam com o discurso “unescoizado” de salvaguarda e propriedade dos Patrimônios Culturais Imateriais (PCI) que acaba sendo apropriado pelos que consideram o património enquanto um recurso – inclusive Estados;

b) as *estratégias comunitárias*, referentes às narrativas e usos da memória na construção de uma identidade marítima. A partir deste enquadramento, direciono meu olhar para a comunidade das Caxinas, cujos membros relatam uma perda de seus referenciais identitários – seu “patrimônio” autodesignado – na medida em que estes se relacionam intrinsecamente não somente à pesca do bacalhau nos mares da Groenlândia e do Canadá, prática que deixou de ser impulsionada em contexto nacional após o fim do Estado Novo, como também à pesca artesanal, socialmente desvalorizada. No âmbito destas estratégias comunitárias, destaco a execução da Procissão de Nosso Senhor dos Navegantes anualmente como uma forma de reforço da identidade dos caxineiros e faço uma reflexão sobre os conceitos de memória coletiva e identidade;

c) e, finalmente, as *estratégias mistas*, que conjugam as atuações institucionais e comunitárias no âmbito da salvaguarda dos patrimônios locais. É como analiso as movimentações feitas recentemente no campo político, acadêmico e cultural em torno do que denominei o “museu imaginado” das Caxinas. Considero este museu imaginado, e os diálogos que ele tem suscitado, um bom estudo de caso para tratarmos das potencialidades da História Oral na salvaguarda do património cultural, bem como na produção de um projeto museológico.

Estas diferentes práticas de exposição da cultura marítima me foram apresentadas por – e refletidas em conjunto com – meus interlocutores. Neste artigo, apresento cinco deles (dois homens e três mulheres), de idades entre os 30 e os 90 anos e com diferentes trajetórias profissionais. Todos, porém, têm em comum o fato de serem filhos de homens pescadores, assim como a maioria dos caxineiros.

Caxinas atualmente: desvalorização da pesca, emigração e memórias marítimas

3 Retirado do endereço eletrônico do Portal. Disponível em: <https://www.amp.pt/amp-instituicao/cultura-andamp-patrimonio-or-piamp-patrimonio-imaterial-da-area-metropolitana-do-porto/>. Acesso em: 3 maio 2024.

Hoje, a pesca é uma atividade pouco valorizada no contexto português, fato que tem levado a uma alta emigração dos jovens caxineiros, especialmente dos pescadores formados pelo Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar de Portugal (FOR-MAR). A catequista Fátima Castanho acredita que o enfraquecimento da pesca enquanto atividade econômica primordial nas Caxinas se dá por conta da falta de incentivos estatais na indústria:

Aqui, há uns anos ainda, as reformas eram antecipadas porque era uma profissão de risco, e o Estado foi acabando por abandonar, achando que não era tão importante assim, e cada vez mais eu acho que o setor das pescas se sente um bocadinho ao abandono. E como esses incentivos são cada vez menores, as pessoas acabam por procurar empregos pelo menos mais seguros a nível económico. (Fátima Castanho, 2020).

Assim, a relação intrínseca com o mar, que há algumas décadas era uma realidade cotidiana, hoje vive no imaginário coletivo dos caxineiros, cujos marcos temporais são normalmente associados ao seu comportamento, à historicidade e aos ciclos da pesca. O mar funciona, para estes indivíduos, como um “suporte mnésico” que permite evocações da memória e experiências coletivas (Maia, 2003, p. 161) ao ponto de ocorrer inclusive um processo de antropomorfização desta entidade que acaba por ser personificada enquanto o sujeito mais socialmente relevante daquele lugar. A maioria dos caxineiros já não executa uma atividade laboral que os submeta ao contato direto com o mar, que agora é buscado em momentos de lazer:

Quem está ligado ao mar e quem cresceu no mar dificilmente quer fazer outra coisa. Acho que os pescadores criam uma identidade porque depois eles precisam do mar para viver. O meu pai foi para o mar a partir dos oito anos, trabalhou a vida inteira no mar e quando se decide reformar, a primeira tentativa de se reformar não correu bem. Ele reformou-se mas ele estava completamente contrariado. Arranjou outra coisa para fazer, mas aquilo matava-o. Ele teve que voltar ao mar. Ele sempre foi... ele era mestre e tinha o barco dele depois acabou por vender... mas depois ele precisou de regressar ao mar. Aquilo fazia-lhe falta e ainda hoje, apesar de estar mais desprendido do mar, ainda hoje precisa de ir ver o mar. Portanto, eu acho que os pescadores criam uma identidade, uma necessidade, uma ligação ao mar. (Fátima Castanho, 2020).

Esta relação com o mar é relatada por todos os meus interlocutores. Adelaide Arnaud, caxineira entrevistada em 2020, também faz referência ao pai, pescador do bacalhau aposentado:

O meu pai todos os dias vai ver o mar. Não trabalha, está reformado, vive numas ruas afastadas do mar, ele de casa para o mar é ‘prai’ cinco minutos a pé. E ele vai

todos os dias ver o mar. ‘Oh, pai, vai ver o mar para quê? O mar não está igual?’. ‘Não. O mar todos os dias é sempre diferente!’. Tem que ir ver o mar todos os dias. Depois ele vai, depois fica na esquina, conversa com aqueles homens, de manhã também vai dar a volta dele... e vai sempre ver o mar. (Adelaide Arnaud, 2020).

Sendo assim, as referências socioculturais dos caxineiros são extremamente permeadas pela influência marítima: seus monumentos (Figuras 1 e 2), inclusive a igreja da comunidade, construída em 1985 em forma de barco (Figura 3), festividades (Figura 3), canções, todos, de alguma forma, possuem conexão com o mar e a pesca. Todos os anos, em maio, é celebrada a Semana do Pescador; em agosto, a Procissão em Honra de Nosso Senhor dos Navegantes; em setembro, há uma excursão à Festa dos Bacalhoeiros, celebrada pelo Museu Marítimo de Ílhavo.



Figura 1 – Monumento aos pescadores das Caxinas.
Fonte: arquivo pessoal da autora (2021).



Figura 2 – Memorial aos Náufragos.
Fonte: arquivo pessoal da autora (2023).



Figura 3 – Andor de Nosso Senhor dos saindo da "igreja do barco"
Fonte: Diário do Minho (2019).

Na última década, cerca de 25% dos caxineiros que não se encontravam em situação de desemprego ainda trabalhava no subsetor das pescas (Vila do Conde, 2016, p. 79). Este número vem diminuindo, principalmente a partir de 2018, quando teve início uma contratação em massa de pescadores oriundos da Indonésia para suprir a falta de mão de obra. Atualmente, os indonésios representam 75% dos trabalhadores nos barcos caxineiros, e esta população imigrante tem promovido uma mudança significativa no tecido social das Caxinas.

Porém, a relação intrínseca com o mar, bem como a distância geográfica e simbólica em relação ao restante da cidade de Vila do Conde, são constantes que marcam uma diferenciação entre as gentes de Caxinas e os vilacondenses, fato que contribui para um sentimento de pouca representatividade política por parte dos representantes da Câmara Municipal (CM) de Vila do Conde para com a comunidade. Pelas entrevistas realizadas mais recentemente, tenho identificado que este sentimento tem se dissipado, e associo este fato ao aumento do número de atividades culturais incentivadas pela CM nas Caxinas.

Uma historiadora-patrimonialista-antropóloga em campo

Por se tratar de uma comunidade cujos membros sempre praticaram, por norma, a transmissão oral de seus costumes e conhecimentos, entrar em campo nas Caxinas para levantar questões sobre o seu patrimônio foi uma tarefa relativamente fácil. A espontaneidade das pessoas, bem como seu interesse para falar desta temática, reflete-se numa ansiedade pela “perda” de suas tradições – e, conseqüentemente, no entendimento de que ações têm que ser tomadas para que estas tradições sejam mantidas ou que, pelo menos, não caiam no esquecimento das novas gerações (Vidal; Dias, 2015). Entretanto, esta facilidade mostra-se superficial. A permanência de uma investigadora em campo é trabalhosa num lugar em que muitas vezes projetos culturais ou acadêmicos não foram levados adiante, levando a população a certa desconfiança para com pesquisadores, artistas e representantes políticos, como refere Renato Cruz Santos, cidadão caxineiro e fotógrafo:

É uma coisa muito curiosa porque toda a gente diz que os caxineiros são um povo muito aberto, que abre a porta a toda a gente... mas a verdade é que abrem-te a porta, mas na verdade é a porta pra sala, não é? E tu se calhar queres chegar à cozinha ou ao quarto e não consegues.

[...]

Enquanto não houver ações, as coisas não interessam. E é muito importante saber

isso: as palavras não te levam a lado nenhum. Houve uma série de oportunidades nas Caxinas de expor em 2018, em 2019, em 2020, que nunca aconteceram. Vontades da Câmara Municipal, e depois deixarem de falar e coisas assim, pronto, isso levou a muita frustração, também. (Renato Cruz Santos, 2024).

Conheci a comunidade das Caxinas no contexto da investigação para a produção de minha dissertação de mestrado, em 2019, quando utilizei a metodologia da História Oral para a produção de fontes sobre meu objeto de estudo, que era a Procissão do Senhor dos Navegantes. Após cinco anos em campo, percebo que a presença de uma investigadora estrangeira na comunidade já é normalizada e, ao longo da minha pesquisa para o doutorado, que inicialmente visava compreender *em que consiste o patrimônio marítimo das Caxinas*, fui percebendo que minha atuação em campo – as conversas e entrevistas realizadas com pescadores, políticos e agentes culturais – foram um gatilho para transformar a construção (mental e privada) do “museu imaginado” em algo público. À medida em que ia realizando as entrevistas, meus interlocutores construía sua própria noção de “museu” e “patrimônio marítimo”; mostravam-me objetos relativos à pesca que guardavam em suas casas e que “deveriam estar em um museu”; e levavam estes diálogos para além dos ambientes em que as entrevistas eram feitas. Jerónimo Viana, que começou a trabalhar no mar aos 13 anos, acredita que os espaços utilizados pelos pescadores deveriam ser transformados em monumentos, como ocorreu em outros lugares próximos, para que a população se sinta valorizada. O pescador agora aposentado também opinou sobre as atividades e objetos que deveriam ser retratados em um “Museu do Mar”:

Da parte cultural, aqui no nosso lugar, estamos aquém do que aquilo que deveríamos ter. O museu, alguns monumentos que tivemos aqui, pequenos monumentos que poderiam muito bem relatar a história do lugar. Nós tínhamos três faróis, na entrada do portinho das Caxinas, que já não existem. Tínhamos um posto da guarda fiscal, poderia muito bem virar uma belíssima biblioteca [...]. O Instituto de Socorro aos Náufragos, também tínhamos um. Na Póvoa, em Vila Chã, em Vila do Conde, ainda tem, mas nós não temos mais. O nosso desapareceu. Temos que mudar isto [...]. O Museu do Mar deveria ter algo designado à pesca do bacalhau, em pequena escala, porque não tem nada a ver com o Museu de Ílhavo, que é muito mais completo. Porque é lá que desembarcavam os navios do bacalhau. E os capitães eram de lá [...]. E depois, a nossa cultura local, aqui das Caxinas, daquele portinho [...]. Então tratar da pesca do bacalhau, da pesca das pequenas embarcações aqui do lugar, e depois a pesca polivalente, com aqueles barcos maiores, a motor, devia ser retratada num museu. Depois os nossos ranchos, a nossa cultura, a nossa lancheira... antigamente era um baú. Eu ainda tenho. Objetos de trabalhar o peixe, manusear o pescado, uma bússola... (Jerónimo Viana, 2023).

Neste artigo, apresento relatos de interlocutores que entrevistei tanto no

contexto do mestrado quanto no do doutorado. As entrevistas, portanto, não foram empreendidas da mesma forma e nem com o mesmo foco. Em alguns casos, busquei a produção de narrativas de histórias orais de vida; em outros, de histórias orais temáticas. Entretanto, todas foram entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas, realizadas pessoalmente⁴ e em espaços determinados pelos interlocutores.

O que vemos nas Caxinas, hoje, é uma miscelânea de debates públicos acerca de suas memórias e que “partes” de sua cultura devem ser preservadas e expostas em um museu. Portanto, as perguntas das entrevistas realizadas nos últimos dois anos, já no contexto do doutorado, foram direcionadas para uma reflexão sobre as diversas práticas de exposição da cultura marítima; os elementos da cultura material e imaterial significativos para a comunidade; e sobre o(s) museu(s), antigo e futuro. Neste sentido, a discussão patrimonial, quando colocada na arena pública, estimula um processo de observação e consciência crítica no seio da comunidade e transforma-se, também, em História Pública (Meneses, 2018).

Estratégias institucionais: o Portal PIAMP

O Portal Património Imaterial da Área Metropolitana do Porto (PIAMP), desenvolvido pelo Instituto Universitário da Maia, tinha o objetivo de realizar a recolha e o registro audiovisual “de informação relacionada com o tema do património imaterial selecionado por cada um dos municípios da Área Metropolitana do Porto”.⁵ O projeto se justificava pela perecibilidade dos PCI de forma geral e consequente “*necessidade urgente* em recuperá-los, recolhê-los e preservá-los [...] tendo como objetivos a sua inventariação, o seu tratamento [...], bem como a sua *divulgação*, determinantes para a memória coletiva e identidade de um grupo ou de uma sociedade” (grifos meus).⁶

O Projeto chama a atenção, no âmbito da proposta deste artigo, pela quantidade de municípios desta região que escolheram patrimônios ou tradições relacionados à cultura da pesca: Espinho selecionou a Arte Xávega; Póvoa de Varzim, a lancha poveira; Matosinhos, a indústria conserveira; e Vila do Conde escolheu o tema “o homem e o mar” para exaltar a relação dos caxineiros com a atividade piscatória.

Uma breve vista de olhos pelo Portal suscita alguns questionamentos. Em

4 A não ser no caso da entrevista com Renato Cruz Santos (2024), que já não vive nas Caxinas e pediu para que a entrevista fosse realizada por uma plataforma de reuniões remotas. Entretanto, outros diálogos já haviam sido estabelecidos com Renato, em campo.

5 Endereço eletrônico da AMP. Disponível em: <https://www.amp.pt/amp-instituicao/cultura-andamp-patrimonio-or-piamp-patrimonio-imaterial-da-area-metropolitana-do-porto/>. Acesso em: 3 maio 2024.

6 Endereço eletrônico do Portal. Disponível em <https://www.amp.pt/amp-instituicao/cultura-andamp-patrimonio-or-piamp-patrimonio-imaterial-da-area-metropolitana-do-porto/>. Acesso em: 3 maio 2024.

primeiro lugar, quem determina esta dita *necessidade urgente* de preservação destas tradições? Em que contexto elas correm o risco de perecer? Se, como aponta Hafstein (2007), todo patrimônio é *mudança* – inclusive nos contextos de sua salvaguarda – e ele tem o potencial de mobilizar pessoas, reformular discursos e práticas, o que caracterizaria a precibilidade destas práticas no olhar dos agentes dos municípios que as selecionaram? Neste sentido, ainda recorremos a Hafstein para ressaltar que raramente há um questionamento sobre a urgência de conservação ou salvaguarda de uma prática cultural, muito menos um questionamento sobre a conservação em si. No âmbito das discussões patrimoniais, o questionamento normalmente se desenvolve sobre o *que* deve ser conservado (Hafstein, 2007, p. 76).

Devemos, também, nos atentar à reflexão de Blake (2009) sobre a participação ativa das comunidades, grupos e indivíduos nos processos de salvaguarda de seus PCI, diretamente referenciada na Convenção de 2003, que reconhece que sem o envolvimento ativo das mesmas os instrumentos de proteção dos PCI não fazem sentido (Blake, 2009, p. 66). As comunidades, portanto, se empoderariam via participação política nos reconhecimentos oficiais de suas práticas culturais, o que poderia criar uma predisposição para a transmissão das mesmas para as gerações futuras. O distanciamento de uma aproximação *top-down* aos PCI, portanto, é fundamental para que esta categoria faça sentido para as comunidades detentoras. Porém, Laurajane Smith (2006) sugere que o patrimônio é um processo cultural que envolve a prática da memória e a agência – e negociação – das pessoas na elaboração das formas de se relacionarem com o presente (Smith, 2006, p. 44-45). Mas os agentes neste processo ainda são autorizados por especialistas patrimoniais, que têm interesse em manter a posição privilegiada de conhecimento dentro tanto dos aparelhos estatais quanto dos debates sociais mais amplos sobre o significado do passado (Smith, 2006, p. 51). São estes indivíduos, portadores de um “discurso autorizado” acerca dos PCI, que ainda orientam estas discussões. No caso específico de seleção dos PCI para o Portal PIAMP, questiona-se até que ponto houve uma busca pelo envolvimento das comunidades, visto que o processo foi encabeçado por uma instituição externa às várias que ali foram representadas.

Sobre a questão da divulgação dos PCI ser “determinante para a memória coletiva e identidade” das comunidades detentoras, a perspectiva da cultura e das tradições enquanto um recurso, inclusive econômico (Noyes, 2006; Hafstein, 2007), pode fornecer algumas pistas para a relevância da divulgação das tradições – esta seria interessante para um reconhecimento e valorização externa dos PCI, que poderiam, assim, trazer um retorno econômico sob a forma de, por exemplo, um desenvolvimento do turismo cultural:

O sucesso do patrimônio cultural é o principal exemplo de uma nova valorização de práticas culturais e objetos em termos de sua conveniência para fins econômicos e políticos. Isto é a cultura como um recurso: uma nova configuração na qual a

cultura é agora um recurso central em tudo, desde a criação de empregos até a redução do crime, desde a mudança das cidades através do turismo cultural até o gerenciamento de diferenças e conflitos dentro da população. (Hafstein, 2007, p. 76, tradução minha).

Em outras palavras: “*let them eat culture*” (Noyes, 2006, p. 30). Ao mesmo tempo, a patrimonialização proporciona o reconhecimento da diferença entre um grupo e outros, o que, como assinala Stuart Hall, preenche a “falta de inteireza” a partir do exterior dos indivíduos e fortalece a sua identificação com sua comunidade, marcando simbolicamente uma fronteira identitária (2006, pp. 38-39; 106).

A associação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento socioeconômico é ressaltada em diversas Cartas e Convenções relativas ao patrimônio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – “agente que, em última instância, se encarrega de fomentar as patrimonializações e implementar a lei global do patrimônio” (De Cesari, 2010; Meskell, 2014 *apud* Alonso González, 2020, p. 52). As políticas de valorização e salvaguarda dos patrimônios em âmbitos nacionais vão sendo desenvolvidas a partir das recomendações universalistas da Organização, caracterizando o que Pablo Alonso González denominou a profecia autorrealizada, ou seja, passa-se a promover uma relacionalidade fetichista, própria da modernidade capitalista ocidental em torno da categoria do patrimônio (Alonso González, 2020, p. 49-53).

Estratégias comunitárias: a narrativa do “sangue salgado” materializada em festividades

Sendo uma comunidade cujos referenciais socioculturais são extremamente permeados por uma prática que não mais ocorre – pelo menos não com a magnitude que ocorria meio século atrás –, o “sangue salgado” hoje reside no imaginário coletivo dos caxineiros, e suas narrativas e modo de organização social estruturam, no presente, este passado. Assim sendo, a identidade marítima, que é reforçada de diversas formas dentro da comunidade, é uma definição essencialista (Peralta, 2010, p. 448) da mesma, visto que a “tradição” piscatória hoje não é mais praticada mas, ao mesmo tempo, ela ainda *existe*, pois é exposta no discurso de seus membros e reflete a forma como, atualmente, eles se colocam simbolicamente diante dos “outros”.

Percebemos, ao longo de cinco anos trabalhando junto da comunidade, diversas estratégias de “fortalecimento” de uma identidade marítima a partir da rememoração e transmissão das lembranças do caxineiros do tempo em que vivia-se *do e para* o mar. Tais estratégias são identificadas mais no cotidiano entre as pessoas do que efetivamente em ações institucionais que, por norma, vão em direção a uma tentativa de valorização

externa desta identidade. A senhora Eva Marques, “Ti’ Eva”, como é conhecida nas Caxinas, por exemplo, coleciona objetos representativos da cultura piscatória: fotografias antigas do lugar, maquetes das igrejas e miniaturas de barcos. Todos estes elementos estão expostos na sala de entrada de sua casa, cuja porta, normalmente, está aberta para os membros da comunidade, recebendo inclusive visitas escolares. Ti’ Eva também empresta itens do acervo de seu museu amador (Piñas, 2017) para coletivos que procuram “objetos tradicionais” do lugar para apresentações artísticas:

Tinha remos, tinha um radar... uma sonda... coisas do barco antigo. Eu dei [para o antigo Museu do Mar]. Tá tudo cheio aqui. Tenho gosto em ter a casa com todas essas coisas. Eu empresto para o Rancho, para as festas... tem vindo muita gente aqui para ver, escolas... são essas coisas que ensinam o que é ser caxineiro, a nossa identidade. (Eva Marques, 2023).

Neste sentido, refletimos sobre a crítica de Richard Handler (1994, p. 30) sobre a ideia do senso comum da identidade como algo definitivo, que reside intacta no passado, pronta para ser “restaurada”. Este tratamento ao conceito de identidade, segundo Handler, não é mais profícuo, visto que rejeita a ideia de cultura enquanto um processo de construção e negociação (Handler, 1994, p. 27).

O mesmo se aplica à memória: um sistema de “recriação cultural” (Peralta, 2007, p. 17) que fornece um alicerce para a identidade dos grupos quando estes encaram mudanças externas. É, portanto, “o produto da mente individual em relação com o mundo exterior” (Peralta, 2007, p. 18). Se tradicionalmente a noção da identidade caracterizava a singularidade dos indivíduos, hoje, assim como a memória, ela configura-se enquanto “uma categoria de grupo, uma forma de definição externa” (Nora, 2009, p. 9). Os dois fenômenos, portanto, são fruto de negociação.

No caso das Caxinas, chamamos a atenção para uma instrumentalização que se tem feito deste passado de forma a negociar seus significados no presente e nos perigos de cairmos numa “obsessão memorial” que, segundo Enzo Traverso, é um “produto do declínio da experiência transmitida num mundo que perdeu as suas referências, desfigurado pela violência e atomizado por um sistema social que apaga as tradições e fragmenta as existências” (Traverso, 2012, p. 14).

O autor aponta que a memória coletiva das sociedades foi sendo mantida a partir de comemorações e ritos (Traverso, 2012, p. 15). Neste sentido, as festividades se estabelecem enquanto uma maneira de reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento relevante para uma comunidade; são a sacralização de seus valores e ideias que, quando repetidas e evocadas periodicamente, fazem referência às alegorias representativas de uma coletividade, criando, assim, vínculos entre os indivíduos e estruturando seu senso de comunidade. A relevância das cerimônias comemorativas nos atos de transferência das recordações também é identificada por Paul Connerton (1999), que defende que, se existe uma memória social, ela é encontrada nas cerimônias

comemorativas, que são uma forma de performatizar o passado. Tais cerimônias são, portanto, um importante dispositivo identitário das sociedades.

As celebrações, sendo entendidas enquanto festas ou rituais que marcam a vivência coletiva de um grupo social, são eventos de sociabilidade que permitem trocas culturais entre indivíduos de um ou mais grupos. Os grupos produtores de tais celebrações transmitem seus pensamentos e hábitos, ou seja, seus referenciais culturais, para os outros. A Procissão de Nosso Senhor dos Navegantes, celebrada anualmente no primeiro domingo de agosto, portanto, faz sentido no contexto da comunidade piscatória dado que “tem significado relativamente a um conjunto de outras ações não rituais, para toda a vida de uma comunidade. Os ritos têm a capacidade de conferir valor e sentido à vida daqueles que os executam” (Connerton, 1999, p. 51).

Revela-se, assim, enquanto o momento de reprodução ritualizada e encenada do passado da Paróquia das Caxinas. Passado este carregado de um histórico de perdas, escassez e fome. Mas que deve ser lembrado justamente para que os novos membros da comunidade – tanto os novos de idade quanto os que ali se estabeleceram depois de adultos –, que não vivenciaram tal período, conheçam o seu passado e transmitam sua história para as próximas gerações, mantendo certa unidade entre os paroquianos:

É muito importante que as nossas crianças percebam que nós temos uma igreja, temos um salão paroquial, temos uma comunidade com todas as estruturas que foram criadas com muito sacrifício pelos avós e pelos bisavós. Nós não podemos tomar... portanto, tomamos como certo porque está lá, não é? Eu tenho uma igreja bonita, tenho um salão paroquial, no sítio onde eu vivo há tudo... mas há tudo porque alguém teve que desbravar este caminho. E no fundo esta celebração e esta ligação da Procissão, este testemunhar, é para as pessoas não se esquecerem de onde é que vêm. Felizmente nós temos muitos caxineiros a dar cartas por esse mundo afora, mas que são fruto, são reflexo de todo este esforço, de todo este empenho, deste não desistir que depois se vai espelhar na vida de cada um, não é? [...] Isto acaba por ser um bocadinho exemplo da vida dos caxineiros e dos filhos, dos netos. É importante nós não esquecermos a nossa identidade. Não nos podemos esquecer de onde é que viemos e para onde queremos ir. (Fátima Castanho, 2020).

Assim, entende-se a Procissão enquanto o momento em que ocorre a materialização alegórica da identidade marítima da comunidade, quando seus costumes e tradições são pensados no cerne da população e expostos para os outros, bem como um dos espaços de reforço e propagação da identidade dos caxineiros, e um lugar de memória (Nora, 1993) para os mesmos. A sua execução, portanto, é uma estratégia de instrumentalização do passado para a consolidação de uma narrativa feita de dentro da comunidade.

Estratégias mistas: o “museu imaginado” das Caxinas

O descontentamento representativo em relação à CM é um fator de fortalecimento dos laços entre os caxineiros, que recorrem a formas de fazer política não oficiais para que suas reivindicações sejam expostas e satisfeitas. Neste contexto, uma pessoa destacou-se no final do século XX: António Ferreira Vila Cova, caxineiro que despendeu esforços para contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus conterrâneos de diversas formas.⁷

Em 1989, Vila Cova criou a Associação do Museu do Mar das Caxinas, parte de um empreendimento idealizado ao longo de muitas décadas, já que desde a juventude o caxineiro arrecadava objetos relacionados ao mar e à pesca. A ideia de criação de um museu com esta coleção particular surgiu aproximadamente nos anos 1970 e consolidou-se a partir da colaboração da Associação com a Câmara Municipal, em 8 de dezembro de 1991, com a inauguração do Museu do Mar em instalações que, à época, seriam provisórias. No mesmo dia, foi lançada a primeira pedra do que seria o futuro Museu, cuja construção foi prometida a Vila Cova e aos caxineiros pelo então presidente da Câmara Municipal, Mário Almeida, mas nunca foi levada à frente.

Face a este episódio, os caxineiros reivindicam, desde então, a construção do museu definitivo – demanda que se intensificou após o fechamento do museu provisório – e promovem iniciativas para contribuir para esta instituição. Atualmente o espólio deste museu está armazenado em instalações da CM, à espera de sua “casa permanente”. Diante desta expectativa, alguns membros da comunidade piscatória selecionam e guardam em suas casas objetos que consideram relevantes para que façam parte do acervo da prometida instituição.

Tal reivindicação tem sido reforçada pelas vozes dos membros da Associação Cultural Bind’ó Peixe, que trabalha na preservação e difusão da memória marítima dos caxineiros, e tem coordenado inúmeros projetos neste sentido. O presidente da Associação, o jornalista Abel Coentrão, escreveu em 2016 um texto-manifesto sobre as “bodas de prata” não celebradas do museu:

Em 25 anos, o museu foi uma promessa que vem e se esvai em espuma, como as vagas na praia. Os sucessivos executivos municipais, que foram apoiando, com alguns subsídios, o espaço provisório, nunca o colocaram entre as suas prioridades. [...] Caxinas e Poça da Barca merecem um museu a sério. Que não se basta, nem se esgota, no espólio de Vila Cova, e que não pode ser substituído por outros pequenos projectos individuais, voluntaristas mas incapazes de dar conta do que fomos e somos, nas suas múltiplas dimensões. Num tempo em que as comunidades criam redes, precisamos de esquecer velhas rivalidades e de nos articular [...]. Merecemos

7 Vila Cova fundou, na década de 1980, a Associação de Proteção à Terceira Idade, uma creche, um centro de Atividades em Tempos Livres (ATL), entre outros projetos.

um equipamento com um programa que vinque o nosso papel preponderante na pesca artesanal em Portugal, que espelhe a importância que tivemos na pesca do bacalhau e que reflita sobre os fluxos migratórios em que participamos. [...] Ao ler a documentação do primeiro museu do mar deixada por António Vila Cova encontramos um homem encantado com o interesse que o espaço suscita na comunidade, em escolas por esse país fora e em outras instituições museológicas. Mas lemos também as palavras de um caxineiro desencantado com o rumo que a sua iniciativa de dar uma casa definitiva àquele acervo acabou por ter. Vivo e lúcido, António Vila Cova teria continuado a ser uma voz forte, em defesa deste projecto. Sem ele, só nos resta dar outras vozes a esse anseio. Em silêncio, nunca honraremos os esforços desse homem cujo centenário se celebra em 2017. Se não houvesse tantas outras razões, este aniversário de quem tanto lutou bastaria para que o Museu do Mar pudesse, em breve, deixar de ser uma promessa, um desejo por concretizar.⁸

A partir da publicação deste texto, difundido pelo Facebook, diversas movimentações a nível comunitário têm ocorrido com o apoio da Associação. Recentemente, a Bind'ó Peixe enviou aos representantes da Câmara uma proposta de projeto participativo visando a construção de um novo museu, incluindo, assim, a via institucional nesta dinâmica. O projeto foi aceite e, a princípio, será realizado ainda este ano, contando com o financiamento da Câmara e com o apoio teórico-metodológico do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro (L3P). Trata-se, assim, de uma estratégia “mista” de salvaguarda do património marítimo das Caxinas.

História Oral na construção de um museu e património marítimo: possibilidades e desafios

O crescimento do interesse das instituições na exposição do PCI, principalmente a partir da Convenção de 2003, complexificou a noção de conservação dos objetos. Se antes a preservação implicava na manutenção da integridade física dos mesmos a partir de um trabalho técnico e “objetivo”, a tônica no *modo como os objetos são utilizados pelas comunidades* e o entendimento dos mesmos enquanto um prolongamento das pessoas direciona um trabalho de conservação baseado na interpretação das mesmas do que é preservar os objetos que lhes pertencem. Este movimento exige, portanto, um diálogo próximo com as pessoas. Richard Kurin (2004) aponta que a relação dos museus com

8 O texto de Coentrão foi intitulado “Museu do mar das Caxinas, ou as bodas de prata de um projecto adiado”. Disponível em: https://m.facebook.com/nt/screen/?params=%7B%22note_id%22%3A340917313839387%7D&path=%2Fnotes%2Fnote%2F&&_rdv. Acesso em: 4 maio 2024.

os PCI, de fato, só pode se concretizar a partir de uma curadoria partilhada, já que as tradições postas existem do lado de fora dos muros das instituições e são produzidas por pessoas que possuem a autoridade sobre suas respectivas tradições e sobre a forma como elas são documentadas, difundidas e salvaguardadas. O museu vai se afastando, assim, de seu caráter objeto-centrado e a importância passa a residir nos produtores destes objetos (Kirshenblatt-Gimblett, 2006, p. 164). Neste sentido, a tônica do fazer museológico também tem se deslocado, cada vez mais, para os indivíduos cujas culturas são retratadas dentro dos museus, para os significados que eles atribuem aos objetos musealizados e para a narrativa museológica que eles pretendem construir. Este trabalho também é complexo e desafiador, visto que dentro das comunidades também há vozes dissonantes (Lavine, 1992).

Esta mudança de perspectiva da Nova Museologia fez parte de uma mudança mais ampla no desenvolvimento das disciplinas culturais e sociais na década de 1980, que passaram a dar mais atenção a questões de representatividade, questões estas social e politicamente contextualizadas. Esta “crítica representacional” enfoca no *como e por quem os significados são dados às coisas* (Macdonald, 2006). Passa-se a refletir, assim, os motivos de concedermos autoridade a determinadas vozes enquanto outras são excluídas da esfera pública. Neste sentido, compreender quem controla o significado dos patrimônios e atribui valor a eles é fundamental, e tanto no contexto do movimento da Nova Museologia quanto dos Estudos Críticos do Patrimônio (Smith, 2012) tem se trabalhado para a inclusão de vozes antes marginalizadas no fazer patrimonial.

James Clifford (1997) apresenta a ideia do museu enquanto uma zona de contato, referindo-se à natureza interativa das relações entre comunidades, museus e visitantes, promovendo trocas transculturais entre estas categorias. Neste sentido, o museu é, em si, uma comunidade, com suas próprias convenções e valores (Witcomb, 2003). Esta troca de culturas pressupõe uma diferença: vamos ao museu para entrar em contato com coisas fora do ordinário, ver o que é diferente, aprender com esta experiência: um local para vermos o que não conseguimos ver em outro lado – porque não é mais usado, porque pertence a outra comunidade... portanto, o que uma comunidade, cuja visão de um museu e seu acervo é baseada nas suas próprias experiências de visita a outros museus, onde, provavelmente, entraram em contato com “coisas extraordinárias”, pretende expor em um que seja sobre ela mesma e, portanto, as suas “coisas ordinárias”?

Voltamos à necessidade do diálogo – não apenas entre os *experts* e as diferentes vozes da comunidade, mas também com os visitantes (e, no caso das Caxinas, com as novas gerações que não mais subsistem da pesca). O engajamento deste grupo a partir da partilha do processo de seleção dos objetos, produção das exposições etc. gera um maior envolvimento e expansão do alcance das informações contidas no museu. Se os objetos são objetivos, a nossa percepção dos mesmos é completamente subjetiva – e ampliando as narrativas sobre esses objetos, amplia-se a participação no

processo de construção de exposições, que são fruto do contexto social no qual elas estão inseridas. Um “museu movido pelo diálogo”, segundo John Tchen (1992, p. 268-269), significa justamente um engajamento com o público, potencializando a memória das comunidades que se pretende expor, já que o que as pessoas se lembram sobre o seu próprio passado influencia a forma pela qual elas se veem no presente, e é necessário reaccessar, constantemente, esta relação de reciprocidade quando da produção de um museu na atualidade.

Esta mudança verificada nos Estudos Críticos do Patrimônio e da Nova Museologia também ocorreu nos estudos da memória e, conseqüentemente, da História Oral, acarretando no que Beatriz Sarlo (2007) denominou de “guinada subjetiva” no olhar dos cientistas sociais. Estamos cada vez mais atentos às narrativas dos sujeitos antes marginalizados. Neste sentido, a História Oral, tendo por base um método de construção e circularidade do conhecimento histórico (Almeida, 2018, p. 101), “é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber” (Delgado, 2003, p. 23):

Por ser uma experiência através da qual se compartilha o registro das lembranças, transforma a narrativa em processo compartilhado que inclui em si as seguintes dimensões: estímulo ao narrar, ato de contar e relembrar e disponibilidade para escutar. Fala, escuta e troca de olhares compõem a dinâmica desse processo único e essencial à vida humana, pois não se vive em plenitude sem a possibilidade de escutar, de contar histórias e de se apreender sob a forma de conhecimento, ou melhor, de sabedoria, o conteúdo narrado. (Delgado, 2003, p. 23).

A partir desta metodologia, almeja-se, na produção coletiva do projeto de museu das Caxinas, uma experiência aberta e relacionável, que dialogue com a memória dos caxineiros, buscando desvendar-lhe os sentidos ou dar-lhe novos. Afinal, segundo Alessandro Portelli, a História Oral nos revela não tanto os eventos em si, mas muito sobre os significados que seus agentes deram, no presente, a esses eventos: “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (Portelli, 1997, p. 31).

Conclusão

O trabalho com a metodologia da História Oral nas Caxinas proporcionou a produção de fontes que são utilizadas desde 2019, podendo ser acessadas por qualquer indivíduo ou grupo interessado, inclusive pela CM ou pela Associação no contexto de produção de um museu comunitário.

Não há museus sem controvérsias (Lopes, 2018, p. 191), assim como não há

patrimônios sem disputa. Patrimônios e objetos musealizados são instrumentos de poder produzidos constantemente de acordo com as necessidades contemporâneas (Harvey, 2001), e cada grupo, em cada período temporal, possui a sua. As operações metaculturais que envolvem a valorização de algo – que é selecionado de acordo com as preocupações dos grupos “autorizados” para realizarem esta seleção – produzem algo novo que, ainda que remeta ao passado, é substancialmente diferente do que era em sua “primeira vida” (Kirshenblatt-Gimblett, 2006). Fundamental, portanto, é decidir quem possui a autorização para a interpretação do passado. No caso do que se tem feito nas Caxinas, a ampliação dos espaços de diálogo, que possibilita uma maior troca de percepções e significados, e também das dimensões que são levadas em conta no que toca a valorização e exposição dos objetos, tem sido essencial.

As entrevistas realizadas, bem como os objetos que foram sendo mostrados no contexto das mesmas, se trabalhados coletiva e museologicamente, podem constituir o acervo do museu (ainda) imaginado. Elsa Peralta (2010) fala sobre as invisibilidades da memória no âmbito de outro museu marítimo português, o de Ílhavo. A antropóloga chama a atenção para o fato de que esta instituição representa o pescador de forma passiva, relegando para o esquecimento “um conjunto de expressões culturais locais que não se conformam com a representação prevalecente [...] [e] torna invisíveis as estruturas de poder presentes no seio de uma sociedade local profundamente assimétrica e de actividades profissionais fortemente hierarquizadas” (Peralta, 2010, p. 457). Não leva em conta, portanto, as “vozes subjugadas” dos pescadores, enfatizando as narrativas de indivíduos hierarquicamente mais influentes. Um museu “movido pelo diálogo”, que tenha por base, em sua produção, a História Oral, que enfatize estas vozes anteriormente marginalizadas pelo discurso autorizado do patrimônio, pode ser a chave a destrancar o incômodo representacional dos caxineiros.

Referências

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. O que a história oral pode ensinar à história pública?. In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Org.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e voz, 2018. p. 101-110.
- ALONSO GONZÁLEZ, Pablo. *O Antipatrimônio: Fetichismo do Passado e Dominação do Presente*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2020.
- BLAKE, Janet. Unesco's 2003 convention on intangible cultural heritage: The implications of community involvement in 'safeguarding'. In: SMITH, Laurajane; AGAKAVA, Natsuko (Ed.). *Intangible Heritage*. London/New York: Routledge, 2009. p. 45-73.
- CLIFFORD, James. *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 9-26, 2003.

HAFSTEIN, Valdimar. Claiming Culture: Intangible Heritage Inc., Folklore, Traditional Knowledge. In: HEMME, Dorothee; TAUSCHEK, Markus; BENDIX, Regina (Ed.). *Prädikat 'Heritage': Wertschöpfungen aus Culturellen Ressourcen*. Munster: Lit Verlag, 2007. p. 75-100.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANDLER, Richar. Is "Identity" a Useful Cross-Cultural Concept? In: GILLIS, J. (Ed.). *Commemorations: The Politics of National Identity*. Princeton NJ: Princeton University Press, 1994. p. 27-40.

HARVEY, David C. Heritage Pasts and Heritage Presents: Temporality, Meaning and the Scope of Heritage Studies. *International Journal of Heritage Studies*, v. 7, n. 4, p. 319-338, 2001.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. World Heritage and Cultural Economics. In: KARP, Ivan; KRATZ, Corinne A.; SZWAJA, Lynn; YBARRA-FRAUSTO, Tomas (Ed.). *Museum Frictions: Public Cultures/Global Transformations*. Durham: Duke University Press, 2006. p. 161-202.

KURIN, Richard. Museum and intangible heritage: Culture dead or alive?. *ICOM news*, v. 57, n. 4, p. 7-9, 2004.

LAVINE, Steven. Audience, ownership and authority: designing relations between museums and communities. In: KARP, Ivan; KREAMER, Christine Mullen; LAVINE, Steven (Ed.). *Museums and communities: The politics of public culture*. Washington: Smithsonian Institution, 1992. p. 137-157.

LOPES, Marcos Felipe de Brum. Há museus sem controvérsias? *Musas*, Brasília, n. 8, p. 191-198, 2018.

MACDONALD, Sharon. Expanding Museum Studies: An Introduction. In: MACDONALD, Sharon (ed.). *A Companion to Museum Studies*. Malden: Blackwell Publishing, 2006. p. 1-12.

MAIA, Maria Isaura dos Santos. *Gentes de ferro em barco de pau: memória, identidade e comunidade entre as gentes de Caxinas e Poça da Barca*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade do Minho, Braga, 2003.

MENESES, José Newton Coelho. Todo patrimônio é uma forma de história pública? In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Org.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e voz, 2018. p. 69-76.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. *Musas*, Brasília, n. 4, p. 6-10, 2009.

NOYES, Dorothy. The Judgment of Salomon: Global Protections for Tradition and the Problem of Community Ownership. *Cultural Analysis*, v. 5, p. 27-55, 2006.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. *Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória*, n. 2 (Nova Série), p. 4-23, 2007.

PERALTA, Elsa. “Somos todos marítimos”: uma etnografia das (in)visibilidades do poder na representação social do passado local em Ílhavo. *Etnográfica*, v. 14, n. 3, p. 443-464, 2010.

PIÑAS, Mariona Moncunill. *Amateur museum practices: leisure, myth, and ritual - Seven case studies from Catalonia and a contrast case from Colombia*. Tese (Doutorado em Information and Knowledge Society) – Universitat Oberta de Catalunya, 2017.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SMITH, LauraJane. *Uses of Heritage*. Abingdon/New York: Routledge, 2006.

SMITH, LauraJane. Editorial. *International Journal of Heritage Studies*, v. 18, n. 6, p. 533-540, 2012.

TCHEN, John Kuo Wei. Creating a dialogic museum: the Chinatown History Museum experiment. In: KARP, Ivan; KREAMER, Christine Mullen; LAVINE, Steven (Ed.). *Museums and communities: The politics of public culture*. Washington: Smithsonian Institution, 1992.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. Lisboa: Unipop, 2012.

VIDAL, Fernando; DIAS, Nélia. Endangerment Sensibility. In: VIDAL, Fernando; DIAS, Nélia (Ed.). *Endangerment, Biodiversity and Culture*. London: Routledge, 2015. p. 1-38.

VILA DO CONDE. Plano estratégico de desenvolvimento urbano. Vila do Conde, 2016. Disponível em: https://www.viladoconde2020.pt/docs/pedu_plano_total.pdf. Acesso em: 9 dez. 2024.

WITCOMB, Andrea. *Re-imagining the Museum: Beyond the Mausoleum*. London: Routledge, 2003.

Fontes orais

ARNAUD, Adelaide [idade não revelada]. [nov. 2020]. Entrevistadora: Laura Mineiro Teixeira. Vila do Conde, Portugal, 25 nov. 2020.

CASTANHO, Fátima [idade não revelada]. [nov. 2020]. Entrevistadora: Laura Mineiro Teixeira. Vila do Conde, Portugal, 25 nov. 2020.

CRUZ SANTOS, Renato [32 anos]. [jun. 2024]. Entrevistadora: Laura Mineiro Teixeira. Entrevista realizada por plataforma de reuniões remotas. 17 jun. 2024.

MARQUES, Eva [88 anos]. [out. 2023]. Entrevistadora: Laura Mineiro Teixeira. Vila do Conde, Portugal, 27 out. 2023.

VIANA, Jerónimo [63 anos]. [set. 2023]. Entrevistadora: Laura Mineiro Teixeira. Vila do Conde, Portugal, 16 set. 2023.

Recebido em 15/05/2024

Versão final reapresentada em 15/07/2024

Aprovado em 22/07/2024

Fonte de financiamento: Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) – Bolsa.

Conflito de interesses: nada a declarar.